ANMP
BOLETIM
[EdiÃ§Ã£o ElectrÃ³nica]

NÂº 123 MarÃ§o
AssociaÃ§Ã£o Nacional de MunicÃpios Portugueses

XIV Congresso Nacional Poder Local debate na Madeira questÃµes maiores do municipalismo

MunicÃpios tÃªm crÃ©dito para obras com fundos comunitÃ¡rios

ÃŠxito absoluto Milhares de crianÃ§as na Â“NÃ³s e o MarÂ” foi como um mergulho em livro gigante.

CooperaÃ§Ã£o ANMP/MOPTH Salvaguarda e valorizaÃ§Ã£o do patrimÃ³nio arquitectÃ³nico.

Enviado por MunicÃpios CrianÃ§as de Timor Leste recebem material escolar.

Encontros sobre os novos Programas de Realojamento e ReabilitaÃ§Ã£o Urbana.

Protocolo de CooperaÃ§Ã£o ANMP/UMIC potencia desenvolvimento da Sociedade da InformaÃ§Ã£o.

XIV Congresso Nacional
Poder Local debate na Madeira questÃµes maiores do municipalismo

XIV CONGRESSO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE MUNICÍPIOS
PORTUGUESES
ANMP

[mais informaÃ§Ã£o]

O XIV Congresso Nacional da ANMP, que decorre no Funchal, Madeira, em 2 e 3 de Abril prÃ³ximo, vai constituir-se, sem questÃ£o, em mais um momento alto da rica HistÃ³ria do Municipalismo democrÃ¡tico portuguÃªs.

Depois de meses de trabalho ao longo dos quais, desconcentradamente, e com o apoio indispensÃ¡vel de especialistas de mÃ©rito, se estudaram e sistematizaram matÃ©rias que agora vamos aprofundar na Magna ReuniÃ£o do Poder Local, o interesse e empenhamento de todos os Congressistas hÃ¡-de propiciar a aprovaÃ§Ã£o de documentos muito importantes que serÃ£o adoptados como matriz de acÃ§Ã£o polÃtica a desenvolver, como sustentÃ¡culo da legislaÃ§Ã£o que irÃ¡ enformar a nossa actividade futura.

Abarcando Ã¡reas que se prefiguram como as mais relevantes no tempo presente, estarÃ£o em anÃ¡lise temas como a OrganizaÃ§Ã£o do Estado e do Poder Local, Instrumentos de GestÃ£o do TerritÃ³rio, Financiamento do Poder Local, ProtecÃ§Ã£o Civil e Turismo.

Os trabalhos, recorde-se, que envolvem um milhar de autarcas, decorrem no Madeira Tecnopolo e iniciam-se com uma SessÃ£o Solene de Abertura, presidida pelo Primeiro Ministro, encerrando com uma cerimÃ³nia que conta com a participaÃ§Ã£o do Presidente da Assembleia da RepÃºblica O Chefe de Estado, Jorge Sampaio, impossibilitado de marcar a sua habitual presenÃ§a jÃ¡ que se encontra em viagem oficial a Cabo Verde, enviou, entretanto, uma Mensagem do Congresso onde se afirma seguro de que da Magna ReuniÃ£o do municipalismo hÃ£o-de resultar instrumentos fundamentais para um melhor futuro das nossas populaÃ§Ãµes.

Na certeza de que todos iremos sair do Funchal mais ricos em experiÃªncias e mais apetrechados em conhecimentos, garantiremos, assim, a afirmaÃ§Ã£o, crescente, da importÃ¢ncia de um Poder Local forte e actuante, mas tambÃ©m, dignificado e respeitado.

MunicÃpios tÃªm crÃ©dito para obras com fundos comunitÃ¡rios.

Na sequÃªncia de um Despacho conjunto dos MinistÃ©rios das FinanÃ§as e das Cidades, Ordenamento do TerritÃ³rio e Ambiente Â– documento que resulta das persistentes e fundamentadas diligÃªncias da ANMP Â–, todos os MunicÃpios portugueses podem recorrer ao crÃ©dito para financiamentos com comparticipaÃ§Ã£o de fundos comunitÃ¡rios. VitÃ³ria polÃtica da AssociaÃ§Ã£o, tambÃ©m, afinal, da prÃ³pria AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, a medida, de um justeza inquestionÃ¡vel, viabiliza a realizaÃ§Ã£o de obras infra-estruturais num valor superior aos 130 milhÃµes de contos. O recuo governamental Â– que se saÃºda positivamente Â– permite, em substÃ¢ncia, que os MunicÃpios prossigam a sua obra em favor dos portugueses, e afigura-se justÃssima jÃ¡ que sÃ£o eles que apresentam uma maior taxa de execuÃ§Ã£o dos Programas. Paralelamente, o acesso ao crÃ©dito em geral, de acordo com as novas regras do rateio, abrange agora, na sequÃªncia das amortizaÃ§Ãµes no ano passado, 269 MunicÃpios, sendo que a primeira fase envolve 204 milhÃµes de euros.

ÃŠxito absoluto
Milhares de crianÃ§as na Â“NÃ³s e o MarÂ” foi como um mergulho em livro gigante.

[mais informaÃ§Ã£o]



A Â“NÃ³s e o MarÂ”, iniciativa que a AssociaÃ§Ã£o Nacional de MunicÃpios Portugueses promoveu na Figueira da Foz, constituiu-se, nos seus propÃ³sitos de dar a conhecer o papel do Poder Local no panorama das actividades piscatÃ³rias e portuÃ¡rias, mas tambÃ©m de divulgaÃ§Ã£o e defesa do patrimÃ³nio e do ambiente, num Ãªxito absoluto.

Participado, ao longo de oito dias, por muitos milhares de pessoas, seria contudo predominante a presenÃ§a de jovens em idade escolar que, em visitas organizadas em colaboraÃ§Ã£o com as respectivas CÃ¢maras Municipais, encheram ocertame da mais pura alegria.

Com efeito, era excelente ver o amplo espaÃ§o da exposiÃ§Ã£o Â– nas magnÃficas instalaÃ§Ãµes do Centro de Artes e EspectÃ¡culos Â– cheio de petizes que, nas traquinices prÃ³prias da idade, dava Ã iniciativa, espontÃ¢neas, um ambiente muito especial.

Oriundos de todo o PaÃs, desde a mais prÃ³xima escola, na Figueira da Foz, atÃ© ao Alentejo profundo, desde terras da Beira atÃ© aos confins de TrÃ¡s-os-Montes, foi particularmente curioso esse momento, Ãmpar, da iniciativa da ANMP ter viabilizado (ver caixilho) que algumas crianÃ§as, da escola de Pedras Salgadas, em Vila Pouca de Aguiar, tivessem visto o mar pela primeira vez.



Navegando atravÃ©s dos meios informÃ¡ticos disponibilizados; olhando com curiosidade o sector da construÃ§Ã£o de barcos (dos estaleiros ao artesanato); seguindo a animaÃ§Ã£o proporcionada pelo OceanÃ¡rio de Lisboa; participando no programa cultural delineado Â– desde a mÃºsica ao teatro Â—; aprendendo sobre a realidade de tantos MunicÃpios costeiros, tudo era razÃ£o para uma atenÃ§Ã£o redobrada, para a pergunta ditada pela curiosidade.

E foi delicioso, deveras, ver todo aquele garrido das cores, ouvir sonoras e lÃmpidas gargalhadas, antever, naqueles olhos de esperanÃ§a, o amanhÃ£ do nosso PaÃs... Ã ‰ como um mergulho num livro gigante, considerou o Presidente da AssociaÃ§Ã£o Nacional de MunicÃpios Portugueses quando, na Abertura da Â“NÃ³s e o MarÂ”, sublinhava as suas caracterÃsticas, o seu carÃ¡cter pedagÃ³gico.

Enfatizando a presenÃ§a de mais de nove mil crianÃ§as no certame, Fernando Ruas destacaria ser aquele, maioritariamente, um pÃºblico muito especial porquanto nele , dizia, reside o futuro. E ajudar a preparar os mais novos para bem respeitarem o patrimÃ³nio natural e o ambiente Ã© um dos objectivos, assim alcanÃ§ado, da iniciativa.



Congratulando-se com o Ãªxito da organizaÃ§Ã£o, Fernando Ruas relevou os resultados alcanÃ§ados pelas diversas SecÃ§Ãµes da ANMP, destacando, na oportunidade, a de Pescas e Portos. Para Duarte Silva, Presidente da CÃ¢mara Municipal da Figueira da Foz e da Mesa daquela SecÃ§Ã£o, importa dar visibilidade e manter a actividade jÃ¡ que a pesca Â– intrinsecamente ligada Ã nossa cultura Â—, continua a ter um relevante peso no desenvolvimento econÃ³mico e social de Portugal.

Destacando, tambÃ©m, a presenÃ§a de tantas crianÃ§as, diria que elas vÃ£o perceber o que Ã© a pesca, e qual a sua importÃ¢ncia. Que nÃ£o Ã© sÃ³ passado Â– continuava Â– antes envolve mais de 20 mil pescadores e movimenta cerca de 10 mil embarcaÃ§Ãµes, 85% das quais de pesca artesanal.

Entretanto, e no Ã¢mbito do SeminÃ¡rio Â“A Pesca como Factor de Desenvolvimento EconÃ³mico e SocialÂ”, seriam aprofundadamente debatidos temas como a PolÃtica ComunitÃ¡rias de Pescas, ContribuiÃ§Ã£o da Actividade PiscatÃ³ria para o Desenvolvimento SÃ³cio-EconÃ³mico das RegiÃµes, Portos e Lotas, e NÃ¡utica de Recreio e Marinas.

No encerramento da jornada, o SecretÃ¡rio de Estado das Pescas, reconhecendo a relevÃ¢ncia do momento, anunciaria que o Governo vai apertar o cerco aos falsos praticantes de pesca desportiva, medida que visa zelar pela preservaÃ§Ã£o dos recursos e combater os falsos amadores que desenvolvem actividade comercial a coberto de actividades lÃºdicas.

Mas tambÃ©m a pesca profissional vai ser objecto de acÃ§Ãµes de moralizaÃ§Ã£o atravÃ©s da criaÃ§Ã£o de mecanismos de controlo Ã fuga da lota, sustentadas em quatro nÃveis de actuaÃ§Ã£o, designadamente no licenciamento de embarcaÃ§Ãµes, no regime de ajudas, na venda directa de pescado, e no gasÃ³leo.



Em jeito de balanÃ§o, Duarte Silva sublinhou, no final do SeminÃ¡rio, o empenhamento dos autarcas presentes e a importÃ¢ncia da troca de conhecimentos, de informaÃ§Ãµes e de experiÃªncias. Dizendo da imperiosa necessidade de se ultrapassarem os constrangimentos Ã actividade, para a tornar mais competitiva, enfatizaria haver muito a fazer no conjunto das infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento e desempenho da actividade, desde logo na alteraÃ§Ã£o da gestÃ£o portuÃ¡ria e na articulaÃ§Ã£o entre os sectores da pesca e portuÃ¡rio.



Fomos à Figueira da Foz ver uma exposição que tinha como lema: "Nós e o Mar". Foi uma exposição muito bonita e muito interessante que, todos nós gostámos imenso. O que mais gostámos de ver, foi: a faina da pesca de antigamente e a de agora, assim como a variedade de barcos existente e a forma como foram construídos; mas o que mais impressionou alguns meninos foi ter ido ver o mar. Ele estava calmo e alguns meninos molharam os pés.

O passeio foi bom. A viagem também correu bem. Vimos a Foz do rio Mondego, as salinas e ainda os arrozais nas margens do rio Mondego.

Trabalho colectivo do 3° ano da EB 1 de Pedras Salgadas.

CooperaÃ§Ã£o ANMP/MOPTH
Salvaguarda e valorizaÃ§Ã£o do patrimÃ³nio arquitectÃ³nico.

A AssociaÃ§Ã£o Nacional de MunicÃpios Portugueses e o MinistÃ©rio das Obras PÃºblicas, Transportes e HabitaÃ§Ã£o vÃ£o estreitar laÃ§os de cooperaÃ§Ã£o na salvaguarda e valorizaÃ§Ã£o do patrimÃ³nio arquitectÃ³nico.

Importante ferramenta de planeamento para os MunicÃpios, o Sistema de InformaÃ§Ã£o TÃ©cnica e CientÃfica para o PatrimÃ³nio, desenvolvido pela DirecÃ§Ã£o- Geral dos EdifÃcios e Monumentos Nacionais, serÃ¡ disponibilizado a todos os MunicÃpios interessados, assim se viabilizando, de forma alargada, a realizaÃ§Ã£o de intervenÃ§Ãµes especÃficas, mas tambÃ©m o desenvolvimento e a execuÃ§Ã£o de metodologias de aproveitamento do patrimÃ³nio arquitectÃ³nico edificado.

AlcanÃ§ando-se, designadamente, uma eficaz racionalizaÃ§Ã£o dos recursos existentes, concretiza-se, a par da realizaÃ§Ã£o de fins que sÃ£o prÃ³prios Â DGEMN, a prossecuÃ§Ã£o de uma acÃ§Ã£o estratÃ©gica de salvaguarda e valorizaÃ§Ã£o do patrimÃ³nio dos concelhos, que estÃ¡, sempre, presente nas mais fundadas preocupaÃ§Ãµes do Poder Local.

O Protocolo, que serÃ¡ efectivado por documento a celebrar entre aquela DirecÃ§Ã£o Geral e cada um dos MunicÃpios aderentes, visa a criaÃ§Ã£o de um sistema



de informaÃ§Ã£o denominado Â"InventÃ¡rio do PatrimÃ³nio ArquitectÃ³nicoÂ" para o registo e permanente actualizaÃ§Ã£o de dados, textuais e iconogrÃ¡ficos, de natureza tÃ©cnica, cientÃfica e jurÃdica, concretizando as acÃ§Ãµes necessÃ¡rias a tal objectivo.

JÃ¡ em utilizaÃ§Ã£o em mais de uma dezena de autarquias portuguesas Â– para alÃ©m de quatro cidades brasileiras e no nÃºcleo histÃ³rico da Cidade Velha, em Cabo Verde Â– procura-se que este precioso auxiliar se afirme como uma ferramenta de uso generalizado nos MunicÃpios.

... Metodologia que começou a ser desenvolvida em 1990, tem-se revelado eficaz para os levantamento urbanos, sendo possÃvel, com o seu auxÃlio, registar todos os indicadores urbanÃsticos e produzir cartografia temÃ¡tica.

Assim, o estado de conservaÃ§Ã£o de cada edifÃcio, o tipo de utilizaÃ§Ã£o a que estÃ¡ destinado, as intervenÃ§Ãµes a que foi sujeito, a Ã¡rea construÃda e o modo de implantaÃ§Ã£o sÃ£o dados que poderÃ£o ser disponibilizados, assim tornando mais rÃ¡pidos e fiÃ¡veis os planos de reabilitaÃ§Ã£o

que venham a ser necessÃ¡rios.

Embora perspectivado para o inventÃ¡rio do patrimÃ³nio com valor histÃ³rico, ele poderÃ¡, porÃ©m, ser utilizado com qualquer tipo de edifÃcios, optimizando, de tal jeito, a sua utilizaÃ§Ã£o prÃ¡tica.

Necessitando de uma estrutura humana e tÃ©cnica muito leve , se, para trabalhar no terreno, sÃ£o necessÃ¡rios apenas um arquitecto e um licenciado em histÃ³ria de arte ou arqueologia, cerca de 5.500 euros em equipamento serÃ£o suficientes, se associados aos meios informÃ¡ticos e de desenho assistido, para implantar o sistema no dia a dia dos MunicÃ-pios.

Enviado por MunicÃpios
CrianÃ§as de Timor Leste recebem material escolar.

O material escolar entretanto angariado atravÃ©s de uma campanha da ANMP em favor de alunos de Timor Leste, e que tÃ£o bom acolhimento teve entre diversos associados, foi jÃ¡ entregue aos seus destinatÃ¡rios, durante uma cerimÃ³nia presidida pelo Ministro da EducaÃ§Ã£o daquele paÃs de expressÃ£o lusÃada.

De acordo com o Delegado da AssociaÃ§Ã£o em Timor, o apoio prestado pelos MunicÃpios portugueses terÃ¡ um grande significado sobretudo quando se atenta, releva-se, no interesse e vontade demonstrados pelas crianÃ§as em aprenderem, nas suas escolas, principalmente a lÃngua portuguesa.

Na plena convicÃ§Ã£o de que este material irÃ¡ causar um sorriso naquelas crianÃ§as, serÃ¡ de sublinhar, ainda, que a atitude solidÃ¡ria dos MunicÃpios portugueses Â– e que privilegiarÃ¡ as escolas mais carenciadas Â– vai fortalecer, ainda mais, as relaÃ§Ãµes entre os dois povos.

A campanha, que estÃ¡ ainda em curso, contou com a participaÃ§Ã£o de um conjunto de MunicÃpios e de algumas escolas secundÃ¡rias, tendo logrado recolher milhares e milhares de lÃ¡pis, esferogrÃ¡ficas, lÃ¡pis de cor, marcadores, rÃ©guas, apagadores, afiadores, cadernos escolares, tubos de cola e livros, para alÃ©m de revistas infantis, CDÂ's, jogos para crianÃ§as e brinquedos.



Encontros sobre os novos Programas de Realojamento e ReabilitaÃ§Ã£o Urbana.

MatÃ©ria da maior importÃ¢ncia para o Poder Local, designadamente ao nÃvel da habitaÃ§Ã£o social, a temÃ¡tica habitacional estÃ¡ a ser alvo de vÃ¡rias reformas legislativas, quadro que levou a ANMP a realizar, em colaboraÃ§Ã£o com a Secretaria de Estado de HabitaÃ§Ã£o, dois Encontros Sobre os Novos Programas de Realojamento e ReabilitaÃ§Ã£o Urbana.

Os trabalhos decorreram em Matosinhos e em Vila Franca de Xira e analisaram, designada e aprofundadamente, o Prohabita Â– Programa de Financiamento para Acesso Ã HabitaÃ§Ã£o, que visa a resoluÃ§Ã£o de situaÃ§Ãµes de grave carÃªncia habitacional de agregados familiares, o incentivar da reabilitaÃ§Ã£o de habitaÃ§Ãµes como soluÃ§Ã£o alternativa de alojamento, e a recuperaÃ§Ã£o do parque habitacional urbano.

Substituindo anteriores programas de realojamento a nÃvel nacional aprovados pelo Decreto Lei n.Âº 226/87, de 6 de Junho o Prohabita tem os MunicÃpios e as Empresas PÃºblicas Municipais, entre outras, como entidades beneficiÃ¡rias. Entretanto, sob a Ã©gide Â“Grande Oportunidade, Grande ResponsabilidadeÂ” foi apresentado o projecto de diploma sobre o regime jurÃdico excepcional da reabilitaÃ§Ã£o urbana de zonas histÃ³ricas e de Ã¡reas crÃticas de recuperaÃ§Ã£o e reconversÃ£o urbanÃstica - Sociedades de ReabilitaÃ§Ã£o Urbana.

A concretizaÃ§Ã£o do projecto passarÃ¡, em regra, pela constituiÃ§Ã£o de SRU, que serÃ£o empresas municipais de reabilitaÃ§Ã£o urbana, nas quais os MunicÃpios deterÃ£o a totalidade do capital, e que terÃ£o como objecto promover a reabilitaÃ§Ã£o urbana das respectivas zonas de intervenÃ§Ã£o, onde as grandes vantagens associadas passam pela celeridade - vigora a regra do deferimento tÃ¡cito e os prazos sÃ£o, tambÃ©m em regra reduzidos a metade Â–, pela gestÃ£o empresarial, e pela existÃªncia de meios de intervenÃ§Ã£o e controlo do procedimento.



Destaque tambÃ©m para o Novo Programa de ReabilitaÃ§Ã£o Urbana Â– REABILITA que, ainda em fase de anteprojecto, objectiva incentivar a requalificaÃ§Ã£o e valorizaÃ§Ã£o das cidades, o uniformizar do regime jurÃdico, e a simplificaÃ§Ã£o de procedimentos.

Os beneficiÃ¡rios possÃveis sÃ£o proprietÃ¡rios, as Autarquias Locais, as SRU e as empresas pÃºblicas municipais, e vasto Ã© o leque das acÃ§Ãµes elegÃveis, designadamente as obras de reabilitaÃ§Ã£o de edifÃcios que nÃ£o satisfaÃ§am as condiÃ§Ãµes de salubridade e seguranÃ§a, as coercivas, as que visam a criaÃ§Ã£o de unidades residenciais para efeitos de realojamento, as de urbanizaÃ§Ã£o, e as obras para assegurar estacionamento, para alÃ©m da aquisiÃ§Ã£o de edifÃcios ou fogos destinados a realojamento.

Por Ãºltimo, uma alusÃ£o aos Fundos de Investimento ImobiliÃ¡rio, onde as reformas a introduzir pretendem, por um lado, disponibilizar aos MunicÃpios mais uma alternativa de soluÃ§Ã£o para o problema da habitaÃ§Ã£o social e, por outro, transformar o arrendamento de imÃ³veis para habitaÃ§Ã£o social numa aplicaÃ§Ã£o elegÃvel para os FII.

De acrescentar que estas aplicaÃ§Ãµes poderÃ£o apenas ser efectivadas no Ã¢mbito do futuro diploma legal que cria o Prohabita Â– Programa de Financiamento para Acesso Ã HabitaÃ§Ã£o, existindo a obrigatoriedade das habitaÃ§Ãµes arrendadas serem subarrendadas em regime de renda apoiada.

De notar, entretanto, que a AssociaÃ§Ã£o considera estes documentos complementares, mas insuficientes. Isto enquanto sublinha que, um mÃªs decorrido sobre os Encontros, os diplomas nÃ£o estÃ£o ainda publicados, assim se agravando os problemas, sobretudo aqueles que se relacionam com os agregados familiares com maiores dificuldades.

Protocolo de CooperaÃ§Ã£o ANMP/UMIC potencia desenvolvimento da Sociedade da InformaÃ§Ã£o



Sociedade da InformaÃ§Ã£o Ã© um desafio inadiÃ¡vel nos tempos de hoje jÃ¡ que a componente da informaÃ§Ã£o e do conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos da actividade humana, induzindo novas formas de organizaÃ§Ã£o da economia e da sociedade.

Neste pressuposto, a AssociaÃ§Ã£o Nacional de MunicÃ-pios Portugueses e a Unidade de MissÃ£o, InovaÃ§Ã£o e Conhecimento acabam de ratificar um Protocolo de CooperaÃ§Ã£o onde se assume o elevado empenhamento na criaÃ§Ã£o de condiÃ§Ãµes para que os portugueses em geral, mas sobremodo os jovens, tenham condiÃ§Ãµes para alargarem a sua fronteira do conhecimento atravÃ©s das tecnologias da InformaÃ§Ã£o e ComunicaÃ§Ã£o.

Assim, no nÃvel dos mais novos, estÃ¡ inscrito, designadamente, o projecto Apetrechamento das Escolas do Ensino PrÃ©-Escolar, que tem como objectivo introduzir as referidas tecnologias naqueles estabelecimentos, atravÃ©s da colocaÃ§Ã£o de pelo menos um computador multimÃ©dia e respectivo softwere educativo em cada escola, de tutela municipal, atÃ© ao fim do ano de 2005.

O Programa de Bibliotecas PÃºblicas, Ludotecas, Museus e Arquivos Municipais consagra a criaÃ§Ã£o de condiÃ§Ãµes para o pleno aproveitamento das potencialidades daqueles espaÃ§os para o desenvolvimento da Sociedade da InformaÃ§Ã£o.

Envolvendo o desenvolvimento de projectos integrados, a submeter pelos MunicÃpios em resposta a um concurso a ser lanÃ§ado pelo POSI, este projecto tem como objectivo a disponibilizaÃ§Ã£o de conteÃºdos na Internet, digitalizaÃ§Ã£o de publicaÃ§Ãµes, instalaÃ§Ã£o de computadores ligados Ã Internet de Banda Larga, e, entre outros componentes, redes sem fios de Banda Larga.

Ainda no quadro da democratizaÃ§Ã£o das condiÃ§Ãµes de acesso a novas fronteiras do conhecimento, Ã© tambÃ©m preocupaÃ§Ã£o dos subscritores a concretizaÃ§Ã£o do que chamam de Projecto Redes ComunitÃ¡rias de Banda Larga, ideia que consagra o desenvolvimento de infraestruturas de comunicaÃ§Ã£o em regiÃµes desfavorecidas interligando as suas freguesias, reduzindo custos de comunicaÃ§Ã£o para as entidades locais, e possibilitando aos habitantes o acesso Ã Banda Larga em condiÃ§Ãµes atractivas.

A AgregaÃ§Ã£o da Procura PÃºblica, outra Ã¡rea contemplada no documento, permitirÃ¡ baixar custos e identificar falhas de cobertura. Ã‰ um projecto que prevÃª a interligaÃ§Ã£o de edifÃcios pÃºblicos Â– nomeadamente CÃ¢maras Municipais, hospitais, centros de saÃºde e escolas Â– por uma infra-estrutura de telecomunicaÃ§Ãµes, permitindo a concentraÃ§Ã£o do trÃ¡fego num Ãºnico ponto.

O projecto Banda Larga dentro de Casa objectiva tornar obrigatÃ³ria a criaÃ§Ã£o, de raiz, de infra-estruturas de banda larga em todas as novas construÃ§Ãµes, quer no que diz respeito ao parque habitacional e de escritÃ³rios, quer no que concerne Ã s obras pÃºblicas que envolvam redes capilares, aqui com a instalaÃ§Ã£o, ou prÃ©-instalaÃ§Ã£o, de fibra Ã³ptica ao longo das obras.

TambÃ©m no Ã¢mbito da preocupaÃ§Ã£o comum do aumento da competitividade nacional, e da eficiÃªncia e eficÃ¡cia do Sector PÃºblico, estÃ¡ previsto um programa de formaÃ§Ã£o para quadros dos MunicÃpios, AssociaÃ§Ãµes de MunicÃpios e entidades supramunicipais, Freguesias, Professores e Educadores, tendo como objectivo informar e

preparar para o papel incontornÃ¡vel da Sociedade da InformaÃ§Ã£o, bem como dar a conhecer o novo enquadramento jurÃdico que envolve a temÃ¡tica das telecomunicaÃ§Ãµes.

[**anterior** | **pÃ¡gina inicial**]

ComentÃ¡rios e sugestÃµes anmp@anmp.pt

(c) A.N.M.P.- AssociaÃ§Ã£o Nacional de MunicÃpios Portugueses